Espiral 6(12): 145 - 150. https://doi.org/10.15381/espiral.v6i12.29341
eISSN: 2708-8464, ISSN: 2663-8134
Universidad Nacional Mayor de San Marcos

Agroecologia: diálogos para a construção da soberania alimentar e territorial

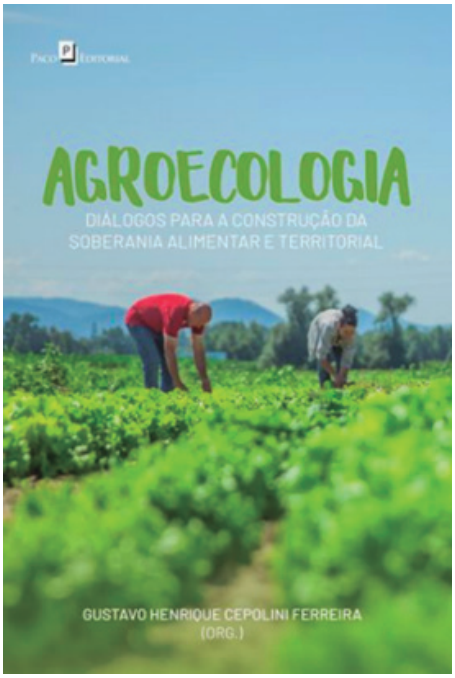
Agroecology: dialogues for the construction of food and territorial sovereignty

Agroecología: diálogos para la construcción de soberanía alimentaria y territorial

Gislene Quaresma Oliva
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-4836-1297
gqo7@yahoo.com.br

RESUMO

A obra Agroecologia: diálogos para a construção da soberania alimentar e territorial, reúne ensaios que debatem as práticas agroecológicas a partir dos camponeses e suas lutas constantes em prol de um modo de vida mais equilibrado, no que tange a preservação dos recursos naturais, manutenção dos biomas e uma vida mais saudável de maneira a manter os saberes e os costumes do homem do campo.



RESUMEN

La obra Agroecología: diálogos para la construcción de soberanía alimentaria y territorial reúne ensayos que debaten las prácticas agroecológicas de los campesinos y sus constantes luchas a favor de un modo de vida más equilibrado, en lo que respecta a la preservación de los recursos naturales, el mantenimiento de los biomas y una vida más saludable para mantener los conocimientos y costumbres de la población rural.

ABSTRACT

The work Agroecology: dialogues for the construction of food and territorial sovereignty brings together essays that debate agroecological practices from the perspective of peasants and their constant struggles for a more balanced way of life, with regard to the preservation of natural resources, maintenance of biomes and a healthier life in order to maintain the knowledge and customs of rural people.

Recibido: 31/10/2024 - Aceptado: 13/12/2024 - Publicado: 31/12/2024

Citar como:
Oliva, G. Q. (2024). Agroecologia: diálogos para a construção da soberania alimentar e territorial. *Espiral, revista de geografías y ciencias sociales*, *6*(12), 145-150. https://doi.org/10.15381/espiral.v6i12.29341

© Los autores. Este artículo es publicado por Espiral, revista de geografías y ciencias sociales de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Este es un artículo de acceso abierto, distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional (CC BY 4.0) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.es] que permite el uso, distribución y reproducción en cualquier medio, siempre que la obra original sea debidamente citada de su fuente original.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia, território, soberania alimentar.

PALABRAS CLAVES: Agroecología, territorio, soberanía alimentaria.

KEYWORDS: Agroecology, territory, food sovereignty.

A obra "*Agroecologia: diálogos para a construção da soberania alimentar e territorial*", organizada pelo pesquisador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira é uma coletânea composta por quatorze artigos de diversos pesquisadores das práticas agroecológicas e das lutas e resistências do campesinato brasileiro. A agroecologia precisa ser entendida juntamente com a produção de alimentos e um projeto de reforma agrária de amplitude nacional. Já que a fome é uma realidade para muitas pessoas. Diante do avanço dos processos de mercantilização e utilização dos agrotóxicos, que coloca em risco a segurança alimentar e consequentemente os biomas, faz-se necessário o debate em torno dessas questões.

A coletânea está estruturada a partir de uma apresentação do organizador, prefácio de autoria de Maíra Araújo Cândida e Peter Michel Rosset, vinculados ao El Colegio de Frontera Sur, Chiapas – México e seguido dos 14 capítulos se súmula curricular dos autores/as.

No prefácio, assinado por Maíra Araújo Cândida e Peter Michel Rosset, a agroecologia é vista como aquela que constrói condições para a promoção da ruptura com o sistema agrícola industrial que se fez presente no campo, que expulsou comunidades tradicionais e acelerou a perda da biodiversidade, com o objetivo de maximizar a produção e os lucros e, por essa perspectiva, a agroecologia tem se apresentado como a que é capaz de preservar o meio ambiente e o modo de vida das pessoas, já que dentre as suas práticas encontramos as feiras orgânicas agroecológicas, bem como a solidariedade na construção das relações que são estabelecidas, numa oposição às relações de exploração e opressão, de modo a confrontar o projeto hegemônico da agricultura industrial.

No primeiro capítulo, "*Plantar, colher e comer, vida cotidiana, alimentação e campesinato em debate*" de autoria de Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, o autor faz um diálogo com Carlos Rodrigues Brandão, a partir do estudo "Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano" (1981), no qual é abordado o município de Mossâmedes/GO, a partir da compreensão da vida cotidiana de seus habitantes, em relação aos ciclos econômicos predominantes nesse lugar, com destaque para o cultivo de cereais. É feita uma descrição da Antiga Aldeia de São João de Mossâmedes e sua relação com a produção de alimentos, respeitando o tempo da natureza, os costumes e hábitos do homem do campo, de modo a analisar a maneira como são constituídas as relações entre mata, fazenda, papel da mulher, produção e, por fim, o consumo.

No segundo capítulo, "*Agroecologia caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente*", o autor Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, dialoga com os autores Jurandir Zamberlan e Alceu Froncheti, a cerca da questão agroecológica, entendendo-a como um compromisso para a transformação social e, consequentemente, territorial. Ferreira contextualiza o processo de luta pela terra no Brasil até chegar a Revolução Verde, apresentando as características da mesma e fazendo ao mesmo tempo a diferenciação entre campesinato, latifúndio e o agronegócio, de modo a evidenciar os dois territórios que estão apresentados como modelos distintos para o campo e que se confrontam no "processo" teórico e empírico da territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Também faz uma distinção entre agricultura camponesa e familiar, deixando claro, a partir de dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006, que mesmo a agricultura dispondo de uma área relativamente pequena, ela faz a

diferença como um modelo de desenvolvimento, que é sustentável, gera emprego e promove segurança alimentar, além do desenvolvimento local.

Já o terceiro capítulo, "*A territorialização das feiras orgânicas e agroecológicas no Brasil: Algumas leituras sobre a construção de um mercado camponês*", de Gustavo Henrique Cepolini Ferreira e Eliana Izabel da Silva Cepolini, aborda a territorialização da agroecologia no Brasil por meio das feiras orgânicas e agroecológicas, enfatizando a agricultura camponesa, como responsável por 70% da produção de alimentos no país e fazendo uso de apenas 24% das terras que são agricultáveis. Nessa perspectiva, os autores demonstram a importância da economia solidária para a inclusão da agroecologia, já que esse modelo de economia se coloca como uma alternativa à economia capitalista, uma vez que o modelo imposto pela Revolução Verde, tende a agravar cada vez mais os problemas sociais e ambientais, enquanto os produtos das feiras agroecológicas, além de terem um custo menor, são mais saudáveis, o que contribui diretamente para a saúde, tanto de quem consome, quanto de quem produz, já que os mesmos são livres de agrotóxicos.

No quarto capítulo, "*Produção de sementes de hortaliças agroecológicas – o caso da Bionatur nas áreas de assentamentos do MST no Norte de Minas Gerais*", escrito por Deyvison Lopes Siqueira e Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, apresenta uma discussão sobre os desafios da produção de sementes agroecológicas nas áreas de assentamento do MST na região Norte de Minas Gerais (assentamento Estrela do Norte e Darcy Ribeiro) e o processo de conscientização das famílias envolvidas, já que o objetivo é romper a dependência em relação à aquisição das sementes geneticamente modificada. Os autores, também, destacam o processo de produção e conservação de sementes, bem como o custo de produção para os camponeses, que é bem menor em relação às grandes empresas de sementes, sem contar que é uma produção ligada aos saberes dos camponeses em relação aos biomas da região Norte de Minas Gerais, e que ocorre através das cooperativas ligadas a Bionatur.

O quinto capítulo, "*Território, Agroecologia e Gênero em Campo do Meio/MG*", escrito por Estevan Coca, Gabriela Taíse Poiati Xavier, Mariana Medeiros Alves e Maria Laura Ribeiro, faz uma discussão sobre o Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, vinculado ao MST no município de Campo do Meio/MG. Neste capítulo, os autores fazem um debate acerca das mudanças agrárias contemporâneas e como que esse coletivo de Mulheres contribui com as discussões em torno dos temas do território, da agroecologia e do feminismo, uma vez que o conceito de gênero é de extrema relevância para os estudos agrários críticos. Para os autores, as mudanças ocorridas no campo afetam de modo distintos homens e mulheres, visto que estas vivenciaram contextos de subjugação e se consolidaram enquanto um instrumento de resistência ao projeto hegemônico do agronegócio, dado a permanência das relações patriarcais no campo e de outros componentes considerados geradores e perpetuadores da desigualdade de gênero no espaço agrário o que, de certo modo, tem contribuído para a reprodução do modo capitalista de produção, uma vez que o trabalho do homem tem sido mais valorizado que o das mulheres. Nesse sentido, o Coletivo de Mulheres Raízes da Terra passou a se organizar para combater em seus espaços o machismo e o patriarcado, tornando-se, assim, um espaço político de solidariedade, de confiança, acolhimento de escuta e não somente produtor de práticas agroecológicas.

Já o sexto capítulo, "*A apropriação da agroflorestal na afirmação da reforma agrária*", de Mônica Hashimoto Iha, trata-se dos resultados da pesquisa de doutorado da autora, objetivando mostrar como se deu o processo social de apropriação da agroflorestal, ressignificando a territorialização camponesa a partir da Associação de Produtores da Barra do Turvo e Adrianópolis entre o período de 2013 a 2016. A autora demonstra que a modalidade de assentamento institucionalizada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), gera atividades de baixo impacto ambiental, já

que é proibido a utilização de agrotóxicos e o modelo de produção promove um desenvolvimento sustentável.

O sétimo capítulo, "*Limites do desenvolvimento sustentável e contribuições das escolas de agroecologia para uma educação emancipatória*", de Henrique Tahan Novaes e João Henrique Souza Pires, aborda a importância da agroecologia, enquanto produtora de alimentos saudáveis e faz um diálogo com alguns autores, como por exemplo: István Mészáros e Ignacy Sachs, deixando claro que o capitalismo tem levado à destruição das condições de vida na terra e nessa perspectiva, surgiram nomenclaturas complexas, voltadas a questão da sustentabilidade, mas que de certa forma tentava meio que "esconder os efeitos da chamada "economia verde", e começaram a chamar a atenção para expressões tais como: "reduzir, reutilizar e reciclar", sem de fato apontar os problemas gerados pelo novo modelo produtivo. E é dentro dessa ceara, que os autores desse capítulo dialogam com o Sachs, uma vez que ele propõe os biopesticidas e bioinseticidas naturais, tanto pela acessibilidade por parte dos pequenos produtores, quanto pela preservação das águas e do solo.

No que se refere ao oitavo capítulo, "*Agrotóxicos e alimentos tóxicos e saudáveis*", de Ana Paula Glinfskoi Thé, Mônica Martins e Daniel Martins Gonçalves, esse faz uma discussão acerca da alimentação saudável e da utilização de agrotóxicos. Para sustentar a discussão, os autores apresentaram os "Dez passos para uma alimentação adequada e saudável" e em seguida fizeram questionamentos em relação aos quesitos que tornam um alimento saudável ou não. Para isso, fizeram uso da legislação (leis, decretos e portarias), que tratam das orientações sobre a produção dos alimentos de maneira adequada e sustentável. Os autores, também, definiram à luz da Portaria nº 03/1992 o que seria resíduo de agrotóxico, resíduo estranho, quantidade ingerida diariamente aceitável e o limite máximo de resíduos nos alimentos. O Brasil tem se destacado no cenário mundial como o maior importador de agrotóxicos, de modo que a quantidade saltou de 162,5 milhões de toneladas para 549,3 milhões de toneladas, entre 2000 e 2018, e isso reflete não somente nos alimentos ingeridos pela população, como também na saúde dos olhos e da pele das pessoas.

Já o nono capítulo, "*Memória e natureza: os quintais como patrimônio biocultural*", de Yan Victor Leal da Silva, Marcelo Leles Romarco de Oliveira e Emmanuel Duarte Almada, tem por base as reflexões advindas da dissertação intitulada "Plantando com a memória: os quintais como espaço de vida na poética de gente, tempo e lugar" de Yan Victor Leal da Silva (2018), que teve como objeto de análise, o bairro Nova Viçosa, cidade de Viçosa/MG, onde os quintais foram defendidos com espaços de vida e memória, por parte daqueles sujeitos que haviam saído do campo para a cidade. Esse capítulo, tem uma abordagem microssocial, a partir dos saberes e vivencias praticados nos quintais, já que ali são construídas relações entre pessoas, natureza e práticas simbólicas cotidianamente. A partir do trabalho de campo, foi possível perceber, por parte do autor, uma compreensão das práticas, saberes e cosmologias, em relação ao cultivo nos quintais e, a partir dessa perspectiva, entende-se que esses sujeitos contribuem para a noção de patrimônio biocultural e também da memória biocultural. Em diálogo com outros pesquisadores, os autores veem os quintais como "territórios de esperança", e desse modo, pensam o bem viver nas áreas urbanizadas, fazendo desses quintais espaços decolonizadores. Ao analisar os saberes e práticas nos quintais, os autores consideraram que os mesmos não devem se dissociar das trajetórias de vida e nem das cosmologias que os sujeitos possuem.

No décimo capítulo, "*Agroecologia, territorialidades e soberania alimentar no seminárido mineiro*", os autores Fernanda Testa Monteiro, Carlos Alberto Dayrell e Claudenir Fávero, fazem uma reflexão acerca dos modos de vida, diálogos agroecológicos e disputas territoriais que colocam em risco, tanto a vida quanto a soberania alimentar no Norte de Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha, regiões caracterizadas por uma extensa área, onde a violência se faz presente e se impõe sobre grupos que lutam

por seu reconhecimento e a titulação de suas terras, como movimento geraizeiro da região do Alto Rio Pardo, luta indígena dos Pataxó-Pancararu, Maxacali e Aramã, comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas dentre outros. O texto oferece um olhar que vai além das estatísticas, demonstrando como esses grupos enfrentam as dificuldades impostas pela hegemonia capitalista, que se faz presente por meio das políticas de desenvolvimento, que foram implantadas nas últimas décadas nessas regiões.

O décimo primeiro capítulo, "*Circuitos de comercialização e comunidade que sustenta a agricultura (CSA): Estratégias para a distribuição e consumo sustentável na região de Januária, Minas Gerais*", de Wdileia Mendes de Oliveira, Daniel Coelho de Oliveira e Fausto Makishi, traz uma abordagem sobre a relevância dos circuitos curtos de comercialização e os sistemas agroalimentares localizados, na região de Januária, destacando a Comunidade que Sustenta a Agricultura Peruaçu (CSA Peruaçu), fazendo uma crítica ao modelo hegemônico produtivo proporcionado pela Revolução Industrial, com destaque para a mecanização e uso intenso dos defensivos e adubos químicos, que se consolidaria a partir dos anos de 1940 e que passaria a ser chamado de Revolução Verde, que embora tenha contribuído para o aumento da produção, não conseguiu atingir seus objetivos, no que se refere à distribuição de alimentos, melhoria das condições de vida dos trabalhadores e, consequentemente, a diminuição dos impactos ambientais. Os autores também chamaram a atenção para o uso do termo locavorismo (do inglês *locavore)*, por um grupo de mulheres que resolveram nos Estados Unidos fomentar o consumo dos alimentos locais, produzidos a um raio de 160 quilômetros do centro da cidade. Tal prática se estendeu para outros lugares do mundo e o interessante é como isso aproximou o agricultor e o consumidor, estreitando os laços sociais, já que contribuiu para uma diminuição de intermediários entre a produção e o consumo, de modo que, ao final, tanto quem produz, como quem consome saem ganhando, fortalecendo, assim, o cooperativismo e o associativismo.

Em relação ao décimo segundo capítulo, intitulado "*Feiras livres e produção agroecológica, instrumento de sustentabilidade econômica para a agricultura familiar de base camponesa: Trajetórias de agricultoras e agricultores feirantes de Porteirinha MG*", de Fábio Dias dos Santos, teve como objetivo de pesquisa as feiras livres tradicionais do município de Porteirinha/MG, existentes há mais de 100 (cem) anos. São feiras realizadas por agricultores de base camponesa e, segundo ele, invisibilizada pelas noções hegemônicas da economia. O autor deixa claro, que o espaço das feiras livres contribuem para a formação de ambientes marcados pela solidariedade e pelas "relações econômicas de reciprocidade", o que acaba por gerar valores afetivos e troca de conhecimento e reconhecimento mútuo, contribuindo, assim, para que as vendas aconteçam. Para algumas famílias, essas feiras representaram o fim do trabalho temporário nos cortes de cana em São Paulo e na colheita de café no sul do Estado de Minas Gerais.

O penúltimo capítulo, décimo terceiro, "*Uma análise da multifuncionalidade em sistema agrícolas familiares com base nas práticas agroecológicas na região geográfica intermediária de Montes Claros/MG*", de Ana Ivania Alves Fonseca e Leonardo Ferreira Gomes, aborda a multifuncionalidade nos sistemas agrícolas a partir da agroecologia e dos estudos que foram feitos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural da Unimontes, entre 2012 e 2022, baseado em pesquisa bibliográfica e documental. Os autores analisaram as múltiplas funções da agricultura e os tipos de agricultura para entender como as diferentes nomenclaturas se aplicam na maneira de fazer do homem do campo na região de Montes Claros/MG, e se a qualidade de vida é contemplada pelas políticas públicas no sentido de atender as particularidades das comunidades tradicionais. Portanto, os autores afirmam que as práticas agroecológicas, cumprem

o seu papel multifuncional, uma vez que possibilita a independência da agricultura familiar de bases agroecológicas.

Por fim, o último capítulo, décimo quarto, "*Agricultura urbana: do rural para o urbano e a reprodução de práticas tradicionais e alimentares em Montes Claros/MG*", de Deyvison Lopes de Siqueira, se deu a partir das discussões teóricas que foram feitas na disciplina "Teoria do Desenvolvimento Rural e Urbano" e da dissertação de Mestrado, titulada de "Agricultura Urbana: produção e comercialização de alimentos em Montes Claros/MG", do mesmo autor. Nesse texto, ele enfatizou o sentimento, que as pessoas de origem rural, têm quando praticam a agricultura urbana e que isso é uma forma de preservar hábitos e costumes em relação à condição do rural, que essa experiência de agricultura urbana, baseada em princípios agroecológicos, tem contribuído para uma vida mais saudável e, ao mesmo tempo, tem se tornado numa alternativa para os migrantes das áreas rurais, já que assim, elas podem preservar suas culturas e tradições, mesmo não estando no espaço rural.

A partir da leitura dos capítulos, que compõem essa coletânea, nota-se que os mesmos apresentam, por meio de contribuições teóricas e práticas, aspectos voltados para um modo de produção diferente do convencional, valorizando os saberes e costumes do homem do campo. Desse modo, a reflexão acerca das práticas produtivas torna-se necessária, para que compreendamos os efeitos do projeto hegemônico do grande capital, no espaço rural, e tenhamos a agroecologia como uma alternativa de sobrevivência diante das práticas mercantilistas adotadas no espaço agrário.

Referência

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini (2023). *Agroecologia: Diálogos para a construção da soberania alimentar e territorial*. Paco Editorial.